



A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS INTERSECCIONALIDADES: REFLETINDO SOBRE GÊNERO, GERAÇÃO E RAÇA/ETNIA NA ESCOLA

UNIVERSITY EXTENSION AND INTERSECTIONALITIES: REFLECTING ON GENDER, GENERATION AND RACE/ETHNICITY AT SCHOOL

EXTENSIÓN UNIVERSITARIA E INTERSECCIONALIDADES: REFLEXIÓN SOBRE GÉNERO, GENERACIÓN Y RAZA/ETNICIDAD EN LA ESCUELA

Lohany Souza Ferreira Coelho¹

Tatiane de Oliveira Pinto²

Resumo: O presente artigo pretende discutir os resultados de um projeto de extensão realizado entre os anos de 2021 e 2022, em que se buscou trabalhar as questões de raça e etnia, articuladas às questões de gênero, na perspectiva da interseccionalidade, no âmbito do espaço escolar. Foram utilizados procedimentos que envolveram as práticas da metodologia participativa, por meio de elaboração de atividades remotas e presenciais que foram aplicadas nas ações extensionistas junto ao público-alvo. Os temas abordados nas atividades foram gênero, geração e raça/etnia, equidade de gênero, masculinidades tóxicas, violências de gênero, respeito à diversidade, combate ao racismo, infâncias e racismo, entre outros. Como resultados é possível apontar uma excelente interação com o público-alvo das ações tanto no que concerne às atividades realizadas na dimensão digital, como nas ações realizadas nos espaços escolares aos quais houve acesso ao longo da execução do projeto, de maneira presencial. Tiveram, também, alguns sinais de resistência, sobretudo, às questões voltadas à categoria gênero. Conclui-se, portanto, que as questões de raça/etnia e gênero se apresentam como temas, muitas vezes equivocadamente interpretados, que impõem desafios no que tange ao campo da Educação, mas que, por meio da Extensão Universitária se abre um leque de possibilidades para sua reflexão, aplicação e desenvolvimento na busca por uma sociedade mais igualitária e equânime.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Raça e Etnia. Gênero.

Abstract: *This article intends to discuss the results of an extension project carried out between 2021 and 2022, where we sought to work on issues of race and ethnicity, linked to gender issues, from the perspective of intersectionality, within the scope of the school space. Procedures were used that involved participatory methodology practices, through the development of remote and in-person activities that were applied in extension actions with the target audience. The topics*

¹Bacharel em Serviço Social, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil. Bolsista BIEXT PROEXT/UFRRJ entre os anos de 2020 a 2022. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6330-7048> E-mail: lohany85coelho@gmail.com

²Doutora em História Política e Bens Culturais, pelo CPDOC-FGV. Professora no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9717-4597> E-mail: tatiolp@ufrj.br

covered in the activities were gender, generation and race/ethnicity, gender equity, toxic masculinities, gender-based violence, respect for diversity, combating racism, childhoods and racism, among others. As a result, it is possible to point out an excellent interaction with the target audience of the actions, both in terms of activities carried out in the digital dimension, and in the actions carried out in the school spaces to which we had access throughout the execution of the project, in person. There were also some signs of resistance, especially to issues related to the gender category. It is concluded, therefore, that the issues of race/ethnicity and gender present themselves as themes that are often mistakenly interpreted, which impose challenges in terms of the field of Education, but that, through University Extension, a range of possibilities for its reflection, application and development in the search for a more egalitarian and equitable society.

Keywords: University Extension. Race and Ethnicity. Gender.

Resumen: Este artículo pretende discutir los resultados de un proyecto de extensión realizado entre 2021 y 2022, donde buscamos trabajar cuestiones de raza y etnia, vinculadas a cuestiones de género, desde la perspectiva de la interseccionalidad, en el ámbito del espacio escolar. Se utilizaron procedimientos que involucraron prácticas de metodología participativa, mediante el desarrollo de actividades remotas y presenciales que se aplicaron en acciones de extensión con el público objetivo. Los temas tratados en las actividades fueron género, generación y raza/etnia, equidad de género, masculinidades tóxicas, violencia de género, respeto a la diversidad, lucha contra el racismo, niñez y racismo, entre otros. Como resultado, se puede señalar una excelente interacción con el público objetivo de las acciones, tanto en las actividades realizadas en la dimensión digital, como en las acciones realizadas en los espacios escolares a los que tuvimos acceso durante todo el año. ejecución del proyecto, personalmente. También hubo algunos signos de resistencia, especialmente en cuestiones relacionadas con la categoría de género. Se concluye, por tanto, que las cuestiones de raza/etnicidad y género se presentan como temas muchas veces erróneamente interpretados, que imponen desafíos en términos del campo de la Educación, pero que, a través de la Extensión Universitaria, se abre un abanico de posibilidades para su reflexión, aplicación y desarrollo en la búsqueda de una sociedad más igualitaria y equitativa.

Palabras clave: Extensión Universitaria. Raza y etnia. Género.

Introdução

Este artigo tem como objetivo refletir criticamente e compartilhar aprendizados decorrentes do projeto de extensão intitulado “Gênero, raça e geração em pauta: reflexões necessárias por meio da extensão universitária”, desenvolvido no período de setembro de 2021 a outubro de 2022, no campo das ações do curso de graduação em Serviço Social, dentro do eixo temático de Direitos Humanos e Justiça, submetido ao Edital BIEXT (bolsas institucionais de extensão universitária), edital PROEXT nº 26/2021.



O projeto pauta na desconstrução de estereótipos de gênero, geração e de raça/etnia, tendo como cerne a discussão do alcance da igualdade e respeito à diferença/diversidade e pensando em como essas categorias atravessam diferentes gerações como a infância e a adolescência. Desse modo, buscou-se promover um espaço de trocas de experiências através de rodas de conversas, oficinas e encontros voltados para o alcance dos objetivos propostos, através de ações da extensão universitária.

No âmbito desta comunicação, entende-se que a intersecção perpassa a temática das ações propostas considerando-se que, na atualidade, não se pode discutir sobre gênero, sem que se aborde a questão racial e a questão de classe. O uso desse termo – intersecção – pela primeira vez se deu para designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe, num texto da jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw.

A questão da “interseccionalidade” foi desenvolvida nos países anglo-saxônicos a partir da herança do Feminismo Negro, no início dos anos de 1990, dentro de um quadro interdisciplinar de pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs (CRENSHAW, 2002). Com a categoria da interseccionalidade, Crenshaw (2002) focaliza, sobretudo, as intersecções da raça e do gênero, abordando parcial ou periféricamente classe ou sexualidade, que “podem contribuir para estruturar suas experiências (as das mulheres de cor)” (CRENSHAW, 2002, p. 54).

A interseccionalidade é uma proposta para considerar as inúmeras fontes da identidade, embora não tenha a pretensão de sugerir uma nova teoria totalizante sobre a identidade. Para Piscitelli (2008), o debate sobre as interseccionalidades consente compreender a coexistência de diferentes abordagens. São utilizados os mesmos termos para se aludir à articulação entre diferenciações em perspectivas díspares, no entanto, elas mudam em função de como são pensadas as categorias diferença e poder. Esses enfoques divergem também em termos das “margens de agência” outorgadas aos sujeitos, ou seja, suas possibilidades acerca da capacidade de agir, intercedida cultural e socialmente. A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, considerada como um instrumento de luta política. É nesse sentido que Patricia Hill Collins (2016) considera a interseccionalidade ao mesmo tempo que um “projeto de conhecimento” e uma arma política.

Lole e Almeida (2016) demonstram evidências no campo de atuação profissional do Serviço Social, além das agendas dos movimentos sociais envolvendo a questão de gênero, ações feministas e o campo das sexualidades, que tem levado a organização da categoria,

178



através do conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social) e da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), a incluir o debate de gênero e outros temas correlatos nos documentos formais, tais como Código de Ética Profissional e GTPs (Grupos Temáticos de Pesquisa). Como exemplo, citamos o CRESS/RJ, que assumiu um posicionamento frente a essas mudanças, incorporando a linguagem no feminino no Jornal Práxis e no seu site.

Tais movimentações, além de apontar as dinâmicas da realidade social, articulam-se aos processos de revisão curriculares nas IES (Instituições de Ensino Superior) em Serviço Social, as quais vêm paulatinamente incorporando disciplinas que versam sobre gênero na experiência formativa. Esse movimento também tem sido observado no campo dos estudos de raça/etnia como marcadores da construção de sociedade brasileira e como eixos de atuação da(o) Assistente Social, sobretudo em combate ao racismo em suas dimensões institucional e estrutural.

E, em se tratando das questões relacionadas ao racismo e a intolerância às diferenças étnico-raciais, sabe-se da importância de iniciativas que oportunizem processos emancipatórios dos sujeitos. Nos termos de Márcia Eurico (2013), a complexidade das relações raciais no Brasil revela um campo de disputas em que o Serviço Social é chamado a intervir, considerando que o projeto ético-político, norteador do trabalho profissional da/o Assistente Social, é portador de uma direção social na perspectiva da emancipação dos sujeitos coletivos. A discussão proposta por Eurico (2013) revelou que a percepção das/os Assistentes Sociais acerca da questão racial e dos mecanismos de reprodução do racismo no interior da sociedade brasileira ainda está bastante distorcida.

Quanto à possibilidade de uma formação permanente, de momentos de reflexão sobre o trabalho cotidiano, o universo institucional se delineia como um lugar de cerceamento da informação e do debate sobre qualquer temática, incluindo a questão racial. Nesses termos, assim como Eurico (2013), entendemos que o debate sobre a questão racial precisa ser ampliado e sistematicamente discutido pelo conjunto da categoria profissional.

No contexto das ações desta proposta extensionista, é nossa intenção incluir nas ações, o debate sobre a categoria geração no âmbito das políticas sociais, mais especificamente na Política de Educação, como as categorias infância/adolescência, que poderão se articular tanto à categoria gênero, como à categoria raça/etnia, em que poderão ser abordados temas como o das masculinidades e ainda sobre o racismo e infância e racismo e juventude, tópicos que



consideramos relevantes na abordagem de estereótipos e para a construção de uma sociedade mais igualitária, diversa e plural.

Nas sociedades ocidentais, a família e os produtos culturais, como os filmes, por exemplo, estabelecem que os homens são os detentores do poder. Esses homens são heróis, protagonistas e provedores, e os garotos notam e procuram por esse comando masculino que lhes é ensinado de diversas maneiras, como pontua Marcelo Hailer, pesquisador do Núcleo Inanna de Pesquisas sobre Sexualidades, Feminismos, Gêneros e Diferenças, da PUC-SP, entrevistado por Oliveira e Calçade (2019). Para o pesquisador, a escola pode ser um campo de cobranças dessa performance masculina e a ausência de discussões sobre o impacto disso para meninos e meninas pode resultar em violência dentro do ambiente escolar. Esse fenômeno da violência demanda ações e debates nos espaços institucionais como as escolas, para que esses ‘valores’ não permaneçam resultando em violência física e psicológica.

A maneira como os garotos são criados faz com que aprendam a esconder os sentimentos por trás de uma “máscara de masculinidade”, afirma o psicólogo americano William Pollack, no documentário *The mask you live in* (2015), cuja tradução é “A máscara em que você vive”. Nesses termos, os homens teriam uma maior dificuldade de expressar aquilo que sentem. Em geral, isso se dá por meio da violência: quando está triste, com raiva, quando sente medo ou insegurança. Ou seja, para a demonstração da maioria desses sentimentos ou outras formas de angústias, a violência acaba sendo uma alternativa.

Trazendo a reflexão sobre uma perspectiva racializada, de acordo com Nunes (2016, p. 384), “as crianças negras brasileiras estão vivas”, mas, apesar disso, há poucos estudos acerca das crianças negras e há pouca visibilidade e participação social dessas crianças, o que reforça o racismo estrutural na sociedade brasileira, inclusive no âmbito da pesquisa e da ciência. Os estudos sociais de crianças reivindicam que elas sejam ouvidas porque, como os adultos, são pessoas que também fazem parte da sociedade e têm muito a dizer sobre suas próprias experiências de estar no mundo.

A partir dessas primeiras considerações, indaga-se: seria possível realizar estudos ou mesmo ações de extensão sobre a infância que não levem em conta a raça/etnia? Para Abramovicz e Oliveira apud Nunes (2016), não é possível, considerando que raça/etnia é uma categoria utilizada no cotidiano de nossas relações sociais. Além disso, não se pode examinar as infâncias sem analisar a raça nos processos sociais de constituição da pessoa.



Dito isso, é possível afirmar que, na atualidade, o debate racial não tem encontrado a ressonância necessária nos estudos sociais da infância para demonstrar a presença das crianças negras. O que se percebe é que crianças periféricas são consideradas como pessoas com efetiva participação na construção de suas próprias experiências e cultura e que crianças quilombolas, como um dos exemplos possíveis, possuem uma relativa autonomia em relação às crianças que vivem fora dessas áreas, já que ao brincarem nos espaços do quilombo, brincam “sem ter que prestar contas, que brincam, brigam, choram, ficam de mal, fazem as pazes e começam tudo de novo... a cada dia e de acordo com seus mundos de vida, e portanto, pela perspectiva da infância e não do mundo adulto” (PAULA, 2014 *apud* NUNES, 2016, p. 402). E, são essas crianças negras que, por vezes, têm sua origem étnico-racial negada e silenciada em espaços institucionais, como a escola (SANTIAGO, 2014). No caso de meninas negras é, também, urgente o uso da interseccionalidade para se pensar o ‘cruzamento’ de múltiplas opressões (de geração/idade; raça e gênero), conforme mencionado anteriormente.

Com esses exemplos, é possível apontar não apenas que as crianças negras participam da vida em sociedade, mas que também podem alterar a percepção dos/as adultos/as que estão ao redor delas, questionando as relações intergeracionais e de poder existentes. De acordo com Eurico (2020), o pensamento conservador impacta diretamente as crianças brasileiras, no que concerne sua condição de gênero e de classe, que produz tratamentos desumanos e humilhantes, por meio da justificativa de defesa da moral, da família tradicional e até do “direito natural” dos adultos sobre a vida das crianças. Nas palavras de Eurico:

Toda essa rigidez moral tem como desdobramentos diversas formas de violência que perpassam o cotidiano das famílias. Quando a estes elementos se associa o irracionalismo presente nas diversas expressões contemporâneas do racismo, nos deparamos com a violência étnico-racial, que nem sempre deixa marcas visíveis na pele, mas seguramente incide sobre a construção da subjetividade e é difícil de ser compreendida e nomeada pelas crianças. (EURICO, 2020, p. 70)

Nesses termos, compreendemos a importância de expressar por meio das ações propostas no campo da extensão uma possibilidade de romper com a reprodução do racismo, bem como a de outras opressões como o sexismo, o machismo, a misoginia, bem como o classismo, dentro do espaço da escola, que é segunda instituição ao qual as crianças e adolescentes têm contato em sua formação social.



Objetivos

Aqui pretende-se apresentar resultados de projeto de extensão cujo objetivo geral foi desenvolver conhecimentos e habilidades acerca das questões de gênero, geração e raça/etnia, estimulando a reflexão sobre a diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e geração, de forma a combater os estereótipos e formas distintas de preconceitos e discriminações, no espaço da escola, junto à estudantes, professoras/es e demais profissionais.

Metodologia

A metodologia de ação aplicada no projeto teve como ponto de partida as práticas inerentes à perspectiva extensionista, que prevê a realização de um processo que envolva a adoção de uma metodologia participativa, que parte da ideia de empoderamento da população com a qual se está trabalhando, de maneira que possa modificar suas condições de vida (e, no caso da nossa proposta, modificar também as condições de trabalho, no caso dos (as) técnicos (as) envolvidos(as)).

Nas palavras de Thiollent (2008, p. 2), a prática extensionista “ênfatisa a ação como condição favorável à geração de um conhecimento dinâmico, apropriado, entrelaçado com as práticas legítimas dos atores envolvidos numa transformação social”, em que a ação está inserida numa perspectiva pragmática, sobretudo buscando eficácia e eficiência na obtenção de resultados.

O propósito desta metodologia é permitir que os sujeitos desenvolvam sua própria análise acerca da realidade e que este processo seja acompanhado de um planejamento e de uma ação do coletivo, como pontua Faria (2000). Sendo assim, pretendeu-se, com as ações, promover um espaço de trocas de experiências através de reuniões, encontros, oficinas, por meio de atividades virtuais/remotas (MARQUES, 2020; SILVA, 2020) voltadas para o alcance dos objetivos propostos, tendo como espaço o perfil do NEGGRA (Núcleo de Estudos de Gênero, Geração e Raça), sediado na rede social virtual Instagram, em uma primeira etapa de execução do projeto, no período de ensino/trabalho remoto.

De acordo com o *The Royal Society* (2011), citado por Oliveira *et al.* (2017), as redes sociais estão mudando o foco da ciência de um nível nacional para um nível global. Isto ocorre por meio das novas tecnologias que proporcionam facilidades de comunicação e,



consequentemente, de conexão entre as pessoas seja, por exemplo, via mídias virtuais ou seja por comunidades profissionais que compartilham interesses e são importantes direcionadores da parceria internacional. As Redes Sociais Virtuais (RSV) agrupam mais do que usuários, reúnem pessoas em grupos distintos por afinidades que apresentam atributos sociais. Desta maneira, atividades de pesquisa e extensão precisam contemplar esse tipo de plataforma, a qual vem se consolidando como mais um canal de interação com os usuários da Web.

No decorrer do projeto, foram realizados encontros quinzenais entre a equipe executora para discussão, estudos conjuntos, planejamento e avaliação das ações. Na primeira fase de execução das ações, no que se refere aos estudos e às leituras, destacamos que estas se iniciaram pela leitura do próprio projeto e de textos com abordagem nos temas trabalhados, para subsidiar a elaboração das atividades e também como parte das ações de formação da equipe.

A fase posterior envolveu a elaboração de conteúdos digitais e recursos didáticos que foram utilizados nas ações junto ao público-alvo. Os conteúdos e materiais elaborados passaram por discussão em reuniões da equipe e foram também avaliados pela direção das unidades educacionais para as quais se destinaram as ações. As ações do projeto, diretamente com o público foram elaboradas a partir dos objetivos e das metas traçados e aconteceram por meio de atividades práticas, rodas de conversa, oficina e debates virtuais/on-line e de modo presencial, posteriormente, a partir o mês de março de 2022, quando do retorno às atividades presenciais da equipe executora.

Os temas abordados nos debates foram gênero, geração e raça/etnia, equidade de gênero, masculinidades tóxicas, violências de gênero, respeito à diversidade, combate ao racismo, infâncias e racismo, entre outros.

No que concerne às atividades remotas e virtuais, cabe ressaltar que se deram por meio da rede social virtual Instagram, na qual consta o perfil do NEGGRA. A página do Núcleo no Instagram, além de ser um espaço virtual que foi utilizado nas ações do projeto de que trata este artigo, se tornou um espaço para a realização de lives (transmissões ao vivo realizadas pelas redes sociais) e também para a publicação de vídeos explicativos, bem como enquetes que subsidiaram a realização das atividades, entre outros.

De acordo com Silva (2020, p. 2), diante da atual conjuntura, a extensão universitária pode promover o desenvolvimento humano e ambiental dentro dessa nova realidade das redes sociais. Para o autor, as oportunidades podem superar os desafios, uma vez que nos dias atuais,



nos encontramos na era das informações em tempo real, estando as tecnologias mais desenvolvidas e acessíveis e os recursos computacionais “na palma de nossas mãos”.

Com a retomada das atividades presenciais, as ações do projeto foram (re)adaptadas para o modelo presencial, e tiveram como espaços de execução a Escolas Municipal Valtair Gabi e o CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente) Paulo Dacorso Filho, ambas instituições localizadas no município de Seropédica, Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. Nessa fase, foram elaborados materiais e recursos didáticos utilizados nas ações, em forma de atividades práticas, junto às pessoas participantes do projeto. A partir de pesquisas a serem realizadas, os conteúdos dessas atividades foram adaptados para o grau de conhecimento dos sujeitos envolvidos em todas as ações.

As atividades realizadas tiveram seu tempo de duração variáveis, a partir do que foi proposto para os(as) profissionais e estudantes atendidos nas instituições de Educação do município envolvido. Ressaltamos que, por se tratar de uma participação voluntária, não foi ofertada nenhuma forma de remuneração às/aos participantes, que poderiam desistir de participar a qualquer momento das ações propostas. Para o desenvolvimento das ações de modo presencial, em fase posterior ao início das ações, a equipe executora se certificou da anuência e autorização das instituições para o desenvolvimento das ações.

Resultados e discussão

Nos primeiros meses de vigência do projeto, especificamente de outubro de 2021 a março de 2022, as ações de extensão foram realizadas de maneira remota, visto que a Universidade ainda permanecia com suas atividades, também, em modalidade remota. No aludido período, as ações se concentraram em atividades vinculadas ao NEGGRA, com a elaboração de vídeos publicados no perfil da rede social Instagram do próprio Núcleo, no qual a bolsista era vinculada. Os vídeos elaborados e publicados abordaram questões sobre os conceitos de idade e geração, e conceitos de idade psicológica, idade social, idade biológica e idade cronológica, de modo que esse conteúdo perpassasse o escopo da discussão sobre geração. Para além da elaboração dos vídeos, no período remoto, também houve a participação da bolsista em uma aula-debate sobre Racismo Estrutural a convite do Pré-Enem da Universidade à qual o projeto de extensão se vinculou.



Sobre essa primeira etapa das ações, no modo virtual/digital, podemos afirmar que houve uma excelente interação com o público do perfil do NEGGRA, com comentários e contribuições nas enquetes que foram elaboradas para mensurar o alcance das publicações e, também, para sugestões de novos temas a serem publicizados e desenvolvidos no perfil da rede social virtual. O que já era uma polêmica novidade há décadas atrás, no que tange à virtualização que se complexificou no trabalho remoto/on-line, nas palavras de Jungblut (2004), fica evidente, por conta da demonstração dessa complexidade constituída a partir das diversificadas tecnologias de comunicação que operam no ciberespaço, não se tratar de uma colonização ciberespacial que passamos a viver no interior das redes mundiais de computadores. Na verdade, as modalidades de interlocuções entre seres humanos estão se diversificando por meio dos avanços tecnológicos, como computadores e telefones celulares.

Com o retorno das atividades presenciais na Universidade, as ações do projeto também passaram a ser presenciais, mais precisamente, em março de 2022. Na fase de contato com as instituições do entorno da Universidade e autorização por parte das instituições, foi estabelecida uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Seropédica, viabilizando a execução das atividades em escolas do município.

Em um primeiro momento de execução da segunda fase do projeto, foi possível participar de forma presencial da V Conferência de Promoção à Igualdade Racial de Seropédica, a convite do Conselho da Igualdade Racial, Gênero e Transversalidade de Seropédica, em que a bolsista e outros estudantes estiveram como ouvintes. Contudo, no decorrer do evento, foi possível uma contribuição por parte da bolsista com sugestões de parcerias, por exemplo, em futuras ações do referido Conselho e a troca de contatos para futuras atividades a serem realizadas tanto pela bolsista quanto pelo Conselho a fim de que um pudesse contribuir com o outro. Para Barros (2005), igualdade é uma noção tão antiga quanto complexa. Já de princípio, contrasta simultaneamente com duas outras noções que sempre marcaram uma presença análoga no decurso da história humana. Por um lado, igualdade opõe-se à diferença, mas, por outro lado, se contradita com desigualdade. Segundo Vera Maria Candau (2007), a construção da democracia tem de colocar a ênfase nas questões relativas à igualdade e, portanto, eliminar ou relativizar as diferenças, sejam elas de classe, raça e gênero.

Na sequência das atividades promovidas junto ao público-alvo definido previamente, quando da elaboração da proposta, planejamos uma atividade com estudantes do segundo segmento do Ensino Fundamental por meio de uma roda de conversa sobre racismo estrutural,



racismo recreativo e representatividade. Após algumas reuniões com a Secretaria de Educação e anuência do Setor de Ensino, para melhor elaboração da atividade, a equipe executora foi encaminhada para a Escola Municipal Valtair Gabi, onde realizou-se, enfim, a atividade em parceria com a equipe pedagógica da escola e com alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, em forma de oficina.

A oficina foi realizada durante um dia inteiro com os alunos dos turnos da manhã e da tarde, e para que fosse possível que todos os alunos pudessem participar, e foi incluída no cronograma de um evento realizado pela própria escola intitulado “Culminância”, em que foi feito um resgate das atividades realizadas em sala de aula baseado em um tema proposto no início de cada bimestre.

O tema proposto ao evento onde se realizaram as atividades foi “Combate ao *bullying* e ao racismo”. Para tornar mais atrativa a atividade, foi apresentada aos alunos uma exposição de fotos com artes produzidas por dois artistas independentes que produzem artes com propósito de exaltar a beleza e a diversidade da negritude com seus diversos tons de pele, cultura, cabelos e estilos, os artistas são Vinícius Santos e Warley Santos, que contribuíram de forma voluntária com suas obras para a exposição.

Enquanto observavam as fotos das obras, os alunos ouviam sobre a importância do combate ao racismo e o reconhecimento da diversidade étnico-racial no ambiente escolar e a busca por figuras que os representassem e os fizessem acreditar em seu potencial. Ambos os turnos tiveram a mesma experiência e, apesar da dificuldade em conseguir manter a atenção dos alunos devido a junção de várias turmas em uma mesma ação, os resultados apresentados tanto por parte dos alunos quanto pela equipe gestora da escola foram satisfatórios.

No que concerne às ações de combate à desigualdade racial na Educação Básica, citamos a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003), que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas, no entanto nem todos os conceitos/elementos que perpassam esse conteúdo são de conhecimento de todos, sobretudo no espaço estudantil/escolar.

Compreender o significado de racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), como a consolidação de preconceito racial e discriminação em nossa organização social, bem como dissociar o racismo recreativo (MOREIRA, 2019) de *bullying*, que há anos é conhecido como uma variável forma de intimidação. Racismo recreativo, hoje se apresenta uma prática cultural que emprega o humor para apregoar hostilidade em relação às pessoas em função de sua cor.



Nos termos de Moreira (2019, p. 60), “o humor racista, ao mesmo tempo que permite a expressão da hostilidade racial, também possibilita a reprodução de estigmas destinados a afirmar a identidade branca como expressão da superioridade moral”. E articulando a esse tema da roda de conversa descrita aqui, a representatividade se associa à construção da subjetividade e à identidade negra e sua função é inspiracional, ou seja, é servir de modelo para uma pessoa ou um grupo de pessoas que compartilham entre si um mesmo marcador social, como afirmam Hilário e Santos (2021).

Após as primeiras ações na escola, houve uma solicitação da orientação educacional do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente de Seropédica-RJ, uma escola que, em princípio não estava listada como recebedora das ações do projeto, devido a alguns episódios de transfobia e racismo no ambiente escolar. A direção junto à orientação educacional contactou a equipe executora do projeto para a realização de rodas de conversa com os inspetores escolares e professores para fomentar o debate sobre respeito às diversidades no espaço da escola. A atividade foi dividida em dois dias com duração de 1 hora e 30 minutos cada e, assim, realizou-se uma roda de escuta, em que para além de apresentar dados e conceitos acerca dos temas propostos, o público-alvo também pôde expressar suas ideias e conhecimentos acerca dos temas tratados.

A transexualidade, partindo de Bento *apud* Silva (2016), se dá quando o sujeito se identifica com o gênero contrário ao que lhe foi atribuído em seu nascimento, a partir do referencial de sexo biológico e é, portanto, uma experiência identitária caracterizada pelo conflito com as normas de gênero.

Foi possível perceber que, por parte de alguns inspetores, havia uma certa resistência em compreender as questões e vivências de pessoas trans e como essa experiência pode ocorrer com adolescentes que frequentam a escola. Dúvidas em relação ao uso do nome social, a existência de um banheiro neutro/agênero e mesmo a relação com a família das/dos estudantes foram questões levantadas durante a roda de conversa. Citando Miskolci, Sonetti e Garcia (2020), mencionam que, na escola, também está presente o modelo heteronormativo que regulam as condutas tanto de estudantes como do corpo docente e de outros funcionários.

No caso dos/as inspetores/as que demonstravam uma maior dificuldade em lidar no cotidiano escolar com a aluna trans, os argumentos também perpassavam sua formação e prática religiosa. Embora não seja nossa intenção, neste artigo fazer um aprofundamento dos dogmas religiosos quanto ao rechaço às distintas orientações sexuais que destoam da



heterossexualidade, cabe pontuar que a religião cristã constituiu critérios que, ao longo da história, foram introjetados na sociedade, levando esta a definir, segundo os seus preceitos, o que significa ser homem e ser mulher.

O embasamento criado para justificativa desse determinismo biológico são, também, textos bíblicos que contrapõem, energicamente, as orientações sexuais distintas da heterossexual e questionam também os indivíduos que fogem à certa “regra divina” como as pessoas transexuais, como denunciam Barbosa e Silva (2016).

No caso da roda de conversa e escuta com as/as professoras/es, foi possível perceber um maior esforço pela compreensão das questões de gênero e o processo delicado que é a transição de gênero para alunas/os adolescentes. As/os professoras/es se demonstraram mais acolhedoras/es o que concerne aos direitos das pessoas trans, bem como na transfobia como um tipo de violência e cerceamento no espaço da escola.

Vale destacar que, em ambos os momentos, ficou notória a perspectiva de novidade acerca da publicização do caso de uma adolescente transgênera, mas também, ficou evidente a busca pela melhor condução do caso na escola, junto a esses profissionais os quais podemos nos aproximar. E, ainda, por parte de alguns/mas adolescentes que parecem lidar com maior naturalidade com essas novas expressões de ser e estar no mundo.

Nesse sentido, Sandra Saleiro (2017) afirma que a diversidade de gênero na infância e juventude tem se tornado mais aparente e reconhecida, além de provocar mudanças no âmbito das políticas públicas, incluindo as políticas de educação, à medida que as famílias destas crianças e jovens vão ficando conscientes da questão da diversidade e com maior disponibilidade para apoiar os seus filhos e filhas em suas vivências. Assim são algumas/uns amigas/os que apoiam suas demandas e os encorajam a ser como são, como percebemos nos relatos na escola. Ressalta-se que com as/os estudantes, propriamente ditas/os, não foi elaborada nenhuma ação, devido ao tempo curto que a equipe dispôs, a partir da referida demanda institucional.

A última atividade foi uma palestra solicitada pela Secretaria de Educação de Seropédica, para debater a questão da diversidade no ambiente escolar, com o público-alvo de orientadoras/es educacionais do município de Seropédica. Infelizmente, ao finalizar a ação, houve algumas reações adversas por parte de algumas poucas orientadoras educacionais, com a tentativa de constranger a bolsista que baseou a sua fala e apresentação em dados estatísticos e em estudos científicos. Após reunião com a coordenadora do projeto, a Secretaria de Educação



do município se redimiou, informalmente, destacando que foi um ocorrido pontual, advindo de funcionárias consideradas “problemáticas” pela/na Instituição.

Cabe destacar que esse fato ocorreu em um contexto de campanha eleitoral para a Presidência da República no país, em que discursos de ódio e narrativas conservadoras se avolumavam e acredita-se que muito em função disso, houve essa reação imprevista pela equipe executora. Conforme assinalam Machado e Barnart (2017), algumas ações pontuais no que tange a uma maior visibilidade e políticas públicas para a população trans no Brasil, aconteceram em meio a retrocessos. Isso devido ao crescente fortalecimento de setores conservadores, fundamentalistas e religiosos, em especial entre os anos de 2016 a 2022, o que acabou dificultando a inclusão das demandas feministas e LGBTQAPN+, tais como a extinção das pautas de gênero e sexualidade nos planos municipais e estaduais de educação; a moralização de campanhas midiáticas, que são centrais para a promoção de saúde e, também, de uma cultura em direitos humanos, a legitimação do preconceito com a veiculação de discursos que acusam o trabalho em diversidade sexual de “ideologia de gênero”, as questões de raça e etnia entre outras.

Por fim, cabe registrar que as ações desenvolvidas nessa última instituição escolar se desdobraram em um convite à equipe executora para novas ações em escola de outro município, ações essas que se iniciaram após a finalização do projeto de extensão em tela.

Conclusão

A partir das ações descritas aqui, é possível concluir que os objetivos do projeto de extensão foram alcançados com sucesso, embora o tema da diversidade de raça e gênero ainda ressoem de maneiras distintas para diferentes sujeitos, ainda que estes estejam no espaço da escola, um lugar se pretende inclusivo e diverso.

Pensar nos avanços alcançados até aqui, em termos legislativos e que se fortalecem por meio de práticas de ensino, pesquisa e extensão, é importante, mas também reconhecer que os desafios estão postos no que tange, ainda, às percepções mais conservadoras e baseadas no senso comum, também se faz necessário.

Por fim, cabe ressaltar que o uso conceitual da interseccionalidade nos oportuniza, ainda, refletir sobre a sobreposição de opressões, mas também, apontar diferentes alternativas



estratégias que compõem a luta política e a efetivação de direitos, por meio dos marcadores de raça/etnia, gênero e classe.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira; SILVA, Laionel Vieira da. Os cães do inferno se alimentam de blasfêmia: religião e transfobia no ciberespaço. **Ciencias Sociales y Religión**, Campinas, v. 18, n. 24, p. 110–133, 2016. DOI: 10.22456/1982-2650.63578. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8669727>. Acesso em: 10 set. 2023.

BARROS, José d'Assunção. Igualdade, desigualdade e diferença: em torno de três noções. **Revista Análise Social**, v. XL, n. 175, p. 345-366, 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

CANDAU, Vera Maria. **Programa Ética e Cidadania**: construindo valores na escola e na sociedade : relações étnico-raciais e de gênero. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (FAFE) (Org.). Brasília, DF, 2007.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos feministas**, v. 1, p.171-189, 2002.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 114, p. 290-310, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282013000200005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 16 set. 2023.

EURICO, Márcia Campos. Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 69-83, 1º sem. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47214/31980>. Acesso em: 20 set. 2023.



FARIA, Andréia Alice da Cunha. **O uso do Diagnóstico Rural Participativo em processos de desenvolvimento local**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2000.

HILÁRIO, Rosangela Aparecida; SANTOS, Vinicius de Souza. Interseccionalidade, educação e representatividade: O impacto de raça e gênero no percurso acadêmico. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 1610-1632, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/issue/view/2623/showToc>. Acesso em: 10 set. 2023.

JUNGBLUT, Airton Luiz. A heterogenia do mundo on-line: algumas reflexões sobre virtualização, comunicação mediada por computador e ciberespaço. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n. 21, p. 97-121, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/dk7PQz7xCPFXHWNPBwYNPTR/?format=pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. **Gênero e Serviço Social: um debate no campo da organização profissional**. In: CONGRESSO DE ASSISTENTES SOCIAIS DO RIO DE JANEIRO, 2., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Serviço Social, maio de 2016. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/114.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

MACHADO, Frederico Viana e BARNART, Fabiano. Transvestitismus und Transsexualität in Brasilien: Gewalt und Politisierung. **Brasilicum**, v. 245, p. 32-38, jul. 2017.

MARQUES, Georgiana Eurides de Carvalho. A Extensão Universitária no Cenário Atual da Pandemia do COVID-19. **Revista Práticas em Extensão**. São Luís, v. 4, n. 1, p. 42- 43, 2020. Disponível em: <https://www.uema.br/2020/07/artigo-a-extensao-universitariano-cenario-atual-da-pandemia-do-covid-19>. Acesso em: 6 set. 2023.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

NUNES, Mighian Danae Ferreira. Cadê as crianças negras que estão aqui?: o racismo (não) comeu. **Latitude**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/2616> . Acesso em: 19 set. 2023.

OLIVEIRA, Carlos Alexandre de; ANGELO, Edna da Silva; OLIVEIRA, Marlene. Análise de redes sociais no campo de pesquisa da Ciência da Informação: desenvolvimento da produção científica mundial. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 22, n. 2, Especial, p. 312-328, abr./ jul. 2017.

OLIVEIRA, Tory; CALÇADE, Paula. Como o conceito tradicional de masculinidade afeta os meninos? **Revista Nova Escola**, edição 322, abr. 2019. Disponível em:



<https://novaescola.org.br/conteudo/17042/como-o-conceito-tradicional-demasculinidade-afeta-os-meninos>. Acesso em: 16 set. 2021.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

SALEIRO, Sandra Palma. Diversidade de Género na Infância e Educação: Contributos para uma Escola Sensível ao (Trans)Género. **Exaequo**, n. 36, p. 49-65, 2017.

SANTIAGO, Flávio. “**O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado**”: hierarquização e racialização das crianças pequeninhas negras na educação infantil. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SILVA, Abraão Ramos da. Oportunidades para extensão universitária nos tempos de pandemia - COVID-19. **Revista Práticas em Extensão**, São Luís, v. 4, n. 1, p. 40-41, 2020. Disponível em: <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/praticasemextesao/issue/view/208>. Acesso em: 12 set. 2023.

SILVA, Camila Garcino da. O papel da extensão universitária e o campo da diversidade sexual e de género. **[Syn]Thesis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 9-16, jan./jun. 2016.

SONETTI, Sara Lahan; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Ensinando a diversidade ou a transfobia? Um panorama da educação sobre diversidade sexual e de género nas escolas da região de Sorocaba e sua intersecção com saúde mental. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, v. 17, n. 1, jan./abr. 2020.

THE MASK YOU LIVE IN. Produção de Jennifer Siebel Newsom e Jessica Congdon. Roteiro: Jennifer Siebel Newsom e Jessica Congdon. Direção: Jennifer Siebel Newsom. Estados Unidos da América. 2015. Documentário disponível em streaming (97min).

THIOLLENT, Michel Jean-Marie. Avanços da metodologia e da participação na extensão universitária. In: ARAÚJO FILHO, Targino; THIOLLENT, Michel Jean-Marie. **Metodologia para projetos de extensão**: apresentação e discussão. São Carlos: Ed. da UFSCar; Cubo Multimídia, 2008.

Recebido: 03.10.2023

Aceito: 30.11.2023

Publicado: 11.12.2023





This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

